



Informe UNAFISCO SINDICAL Rio de Janeiro

Boletim nº 113

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2003.

Contra a Reforma da Previdência

Assembléia hoje define rumos da mobilização após votação da reforma no primeiro turno na Câmara

Veja como votou a bancada de
Deputados Federais do Rio de Janeiro

Votaram a favor da Reforma

Alexandre Cardoso (PSB)
Alexandre Santos (PP)
Almerinda de Carvalho (PSB)
Almir Moura (PL)
André Luiz (PMDB)
Antonio Carlos Biscaia (PT)
Bispo Rodrigues (PL)
Carlos Santana (PT)
Dr. Heleno (PSDB)
Edson Ezequiel (PSB)
Elaine Costa (PTB)
Fernando Gabeira (PT)
Fernando Gonçalves (PTB)
Francisco Dornelles (PP)
João Mendes de Jesus (PSL)
Jorge Bittar (PT)
José Divino (PMDB)
Leonardo Picciani (PMDB)
Lindberg Farias (PT)
Luiz Sérgio (PT)
Paulo Baltazar (PSB)
Paulo Feijó (PSDB)
Reinaldo Betão (PL)
Renato Cozzolino (PSC)

Roberto Jefferson (PTB)
Sandro Matos (PSB)
Simão SesSim (PP)
Vieira Reis (PMDB)

Votaram contra a Reforma

Arolde de Oliveira (PFL)
Bernardo Ariston (PSB)
Eduardo Cunha (PP)
Eduardo Paes (PSDB)
Jair Bolsonaro (PTB)
Jandira Feghali (PCdoB)
Josias Quintal (PSB)
Julio Lopes (PP)
Laura Carneiro (PFL)
Maria Lucia (PMDB)
Miriam Reid (PSB)
Moreira Franco (PMDB)
Nelson Bornier (PSB)
Rodrigo Maia (PFL)
Ronaldo Cezar Coelho (PSDB)

Abstenção

Chico Alencar (PT)

Horários das assembléias

Aeroporto	10:30h
Porto	10:30h
Nova Iguaçu	11:00h
Min. da Fazenda	14:30h

Veja os próximos passos da Reforma

NA CÂMARA

APROVADO em primeiro turno, o relatório volta à comissão especial para que a redação final seja votada. Aprovado na comissão, o texto volta para o plenário para a votação em segundo turno, mas desta vez pode ser aprovado por maioria simples. O prazo entre a votação na comissão e no plenário é de cinco sessões.

NA VOTAÇÃO em segundo turno, as alterações só podem ser feitas por meio de destaques de votação em separado.

CASO algum destaque seja aprovado na votação em segundo turno, o texto retorna à comissão especial para a redação final. Caso contrário, segue para o Senado.

NO SENADO

AO CHEGAR ao Senado, a proposta de emenda constitucional da reforma é lida em sessão plenária e enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a proposta.

O RELATOR na CCJ tem 30 dias para apresentar parecer. Para que o texto receba emendas é preciso que a alteração tenha apoio de um terço dos senadores — 27 assinaturas.

APROVADO, o parecer tem de ser publicado no Diário do Senado e, cinco dias depois, pode ser incluído na ordem do dia da sessão plenária do Senado para votação em primeiro turno.

O REGIMENTO estabelece o prazo de cinco sessões para a votação em primeiro turno, mas é permitida a apresentação de emendas neste prazo. Caso receba emendas, retorna à CCJ e novamente é estabelecido prazo de 30 dias para que a comissão dê parecer sobre as mudanças.

ENTRE o primeiro e o segundo turno de votação no Senado há intervalo de cinco dias úteis. Os senadores têm três sessões para votar a proposta de emenda constitucional em segundo turno. Se a proposta receber emendas no Senado, tem de retornar à Câmara para nova apreciação.